

Ágil Promotora de Vendas S.A.

CNPJ 08.657.013/0001-02

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Barueri, 31 de Março de 2023.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Das atividades operacionais

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Não auditado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Ágil Promotora de Vendas S.A. ("Sociedade") tem sua sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, e foi constituída em 26 de maio de 2008. Sua principal atividade consiste na intermediação e agenciamento de serviços. A Sociedade é parte de um grupo que atua na atividade de comercialização de veículos, novos e usados, de diversas marcas, conhecido como Grupo Carreira ("Grupo"). Seus negócios são desenvolvidos dentro do contexto de grupo empresarial, onde suas receitas de intermediação e agenciamento de serviços são provenientes das operações comerciais realizadas pelas empresas que compõem o Grupo. Os custos administrativos comuns do Grupo são rateados e a parte atribuída a Sociedade encontra-se registrada no resultado do exercício. 2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras são elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras da Ágil Promotora de Vendas S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão pela diretoria da Sociedade em 31 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data. 2.2. Moeda funcional: A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. 2.3. Mensuração de valor: O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, utilizando o custo histórico para sua mensuração. 2.4. Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Sociedade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. 3. Políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 3.2. Contas a receber de clientes: São apresentadas aos valores de realização. É constituída provisão para perdas na recuperação de créditos em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos, cuja recuperação é considerada duvidosa. 3.3. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução de valor recuperável (impairment), quando aplicável. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5. 3.4. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar, principalmente, pela aquisição de serviços e consumíveis, que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. 3.5. Provisões: 3.5.1. Geral: Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. 3.5.2. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.6. Classificação circulante e não circulante: A Sociedade apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou vendê-lo no consumo/lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando a sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou vendê-lo no consumo/lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo. 3.7. Ajusto a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos: A Sociedade não praticou transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. 3.8. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao

valor recuperável. A Sociedade avalia periodicamente o efeito desse procedimento nas demonstrações financeiras, reconhecendo os ajustes necessários quando da ocorrência de indícios. 3.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração: Os ativos financeiros da Sociedade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A Sociedade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Sociedade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração: Os passivos financeiros da Sociedade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionada. Após reconhecimento inicial, sujeitos a juros são mensurados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da perda dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar e fornecedores. 3.10. Reconhecimento da receita: As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e quando possível ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre prestação de serviços. A Sociedade avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, conclui que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou em sua própria conclusão, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o contratante. 3.11. Impostos e contribuições: 3.11.1. Imposto de renda e contribuição social - corretos: Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada à razão de 32% sobre a receita bruta e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. O imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL), aplicada sobre a base de lucro presumido. 3.11.2. Imposto sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS), alíquota de 0,65%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), alíquota de 3,0%; • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2%. 3.12. Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2): A Sociedade avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Sociedade atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: I) Ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; II) Passivos de arrendamento que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. As despesas de aluguel, anteriormente vinculadas aos contratos de arrendamento, tiveram redução e impactaram nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". 3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022 ou após: A Sociedade avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2022 e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes. 4. Caixa e equivalentes de caixa: 2022 2021

6. Direitos de uso em arrendamento: O direito de uso em arrendamentos refere-se ao contrato de aluguel do imóvel onde encontra-se instalada a sede da Sociedade. Na avaliação da Administração, o prazo remanescente para seu encerramento (36 meses) reflete a melhor estimativa de permanência no imóvel e foi utilizado como base para cálculo dos valores a serem contabilizados. 7. Fornecedores: Os serviços e materiais adquiridos de fornecedores são destinados a manter a operação do escritório de administração e vendas. 8. Obrigações trabalhistas e tributárias: Obrigações trabalhistas - 2022 2021 Provisões sociais e encargos Salários INSS FGTS Outros 2.128 1.667 2.692 1.861 614 794 1.250 709 115 75 82 50 34 18 25 16 8 5 2.224 1.288 469 573 2.692 1.861 109 - 13 - 50 - 172 -

Obrigações tributárias Parcelamento tributário - IRPJ e CSLL IRPJ e CSLL - corrente COFINS ISS IRRF PIS Outros tributos 614 794 1.250 709 115 75 82 50 34 18 25 16 8 5 2.128 1.667 2.692 1.861 2.224 1.288 469 573 2.692 1.861 109 - 13 - 50 - 172 -

A Sociedade aderiu ao programa de parcelamento simplificado, para mitigar os efeitos da pandemia da COVID-19, parcelando em 60 meses os impostos devidos no período entre janeiro e abril de 2020, os quais são corrigidos pela SELIC. O pagamento iniciou-se em julho de 2020 e terá último vencimento em junho de 2025. Legendas: FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; INSS - Instituto Nacional do Seguro Social; IRRF - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte; IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica; CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; PIS - Programa de Integração Social; COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; ISS - Imposto Sobre Serviços. 9. Partes relacionadas: 2022 2021

Ativo circulante - mútuo - a) Maruzul Distribuidora de Veículos Ltda. 109 - Chail Distribuidora de Veículos Ltda. 13 - RNC Comercial de Veículos Ltda. 50 - 172 -

Passivo circulante - b) Itá Peças para Veículos Comércio e Serviços Ltda. 32 30 32 30

a) Os mútuos ativos entre a Sociedade e suas empresas ligadas foram realizados com o objetivo de equalizar o fluxo de caixa das Empresas e será mantido até que a situação financeira de suas atividades esteja normalizada. Os mútuos são realizados em condições específicas acordadas entre as partes, não prevendo a incidência de juros ou vencimento predeterminado. b) Roteio de despesas administrativas rateadas entre todas as empresas que compõem o Grupo Carreira, devidas a "Itá Peças para Veículos Comércio e Serviços Ltda." 10. Outros passivos: 2022 2021 Adiantamento de clientes 144 203 Contas a pagar 25 12 169 215

11. Arrendamento por direito de uso: A Sociedade arrenda imóvel utilizado em sua atividade operacional, onde a vigência do contrato é de 36 meses (3 anos). Esse contrato é anualmente corrigido pelo IPCA Índice acordado entre as partes para que possa refletir os seus valores de mercado. As taxas apuradas para realização da mensuração do valor presente desses contratos foram apuradas com base em juros livres de risco observados no mercado brasileiro, conforme tabela a seguir: Contratos por prazo e taxas de desconto

Prazos dos contratos Taxa % a.a. 36 12,11 48 12,11 Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239 Os cronogramas de amortização estão demonstrados a seguir, por ano de vencimento: Descrição Vencimentos das parcelas Valor total % Total do passivo circulante Até dez/2023 71 29,71 2024 80 33,47 2025 88 36,82 168 70,29 239 100,00

12. Imposto de renda e contribuição social: Receita bruta sujeita a presunção - 32% Aplicação do percentual de presunção sobre a receita bruta (lucro presumido) 12,678 7,720 Receita financeira 313 79 Outras receitas 21 7,739 Base de cálculo 13,012 7,739

13. Provisão para demandas judiciais: A Sociedade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais. De acordo com os assessores jurídicos da Sociedade, não existiam processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, movidos contra a Sociedade, cuja probabilidade de perdas fosse avaliada como provável ou possível. 14. Patrimônio líquido: 14.1. Capital social: O capital social da Sociedade está totalmente subscrito e integralizado e é representado por 124.864 ações ordinárias, com valor nominal de R\$1,00 cada, que pertencem integralmente a "AC5 Participações Ltda." em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Em 07 de janeiro de 2021 foi deliberado por meio da 7ª Alteração Contratual a retirada dos quotistas Itá Peças para Veículos Comércio e Serviços Ltda. (63.680 quotas), Chail Distribuidora de Veículos Ltda. (30.592 quotas) e Maruzul Distribuidora de Veículos Ltda. (30.592 quotas) e a transferência da totalidade das quotas para a AC5 Participações Ltda. Em 08 de março

16. Gastos por natureza: As informações de resultado da Sociedade são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza: 2022 2021 Custo dos serviços prestados (3.175) (2.824) Despesas com pessoal (1.690) (1.183) Serviços contratados (579) (324) Serviços e locações de tecnologia da informação (37) (67) Impostos, taxas e contribuições (123) (54) Aluguel e condomínio de imóveis (3) (33) Depreciação e amortização (57) (40) Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas (178) (18) Total (5.842) (4.543) 2022 2021 Custo das prestações de serviços (3.175) (2.824) Despesas comerciais e administrativas (2.648) (1.750) Outras receitas/(despesas) operacionais (19) 31 Total (5.842) (4.543)

17. Resultado financeiro: Receitas financeiras 2022 2021 Rendimentos sobre aplicação financeira 313 45 Descontos obtidos 33 48 Total 2022 2021 Despesas bancárias e cartão de crédito (120) (65) Juros e multas sobre parcelamentos (108) (52) Juros e encargos sobre arrendamento mercantil (10) (3) Descontos concedidos (27) (2) Juros bancários (7) (1) Total (272) (123) 59 (75)

18. Instrumentos financeiros e riscos operacionais: Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Sociedade restringem-se a títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e partes relacionadas a pagar em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: • Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis, em razão de sua característica de curto prazo e por estarem sujeitos a juros de mercado; • Partes relacionadas a pagar: Os valores reconhecidos representam a parcela em Reais dos valores a receber ou devidos em moeda estrangeira, acordados entre as partes. Risco de crédito: A Sociedade não possui concentração de risco de crédito de clientes, em decorrência da diversificação da carteira de clientes, além do contínuo acompanhamento dos prazos de financiamento das vendas. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Sociedade somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação. Risco de liquidez: A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível superior de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Desta forma, a Sociedade possui aplicações com vencimento em curto prazo (ou similares) e com liquidez imediata. Gestão de risco de capital: Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são o de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Risco operacional: A Sociedade opera na intermediação e agenciamento de serviços e vincula suas receitas as operações comerciais realizadas por outras empresas que integram o Grupo. A performance de suas operações está sujeita às condições do mercado, economia, indústria e o desempenho de suas partes relacionadas. Operações com instrumentos derivativos: A Sociedade não efetuou operações em cartão especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2022 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

19. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

20. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

21. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

22. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

23. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

24. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

25. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

26. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

27. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

28. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

29. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

30. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

31. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

32. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

33. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

34. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

35. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

36. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

37. Informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Sociedade é o arrendatário são apresentadas a seguir: Descrição Valores Amortização (principal + juros) 148 Passivo de arrendamento em 31/12/2021 120 Adição 133 Amortização (principal + juros) 14 Passivo de arrendamento em 31/12/2022 Circulante 239 Não circulante 168 Total 239

Aos Administradores e Sócios da Ágil Promotora de Vendas S.A. Barueri - SP. Opinião sobre as demonstrações financeiras: Examinamos as demonstrações financeiras da Ágil Promotora de Vendas S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ágil Promotora de Vendas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações financeiras: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Operações vinculadas ao grupo econômico: Conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Sociedade desenvolve seus negócios dentro do contexto de um grupo empresarial,

onde suas receitas estão relacionadas diretamente a operações comerciais efetivadas pelas demais empresas classificadas como partes relacionadas. Caso estas operações fossem realizadas diretamente pelas mesmas, os resultados auferidos poderiam ser substancialmente diferentes. Nossa opinião não está reassalvada em função desse assunto e as demonstrações financeiras devem ser analisadas sob esse contexto. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria

obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos. São Paulo, 31 de março de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. Ata da Assembleia Geral Ordinária CRC 2SP-031.269/O-1 Fábio Marchesini - Contador CRC 1SP-244.093/O-3 Vanderlei Marcelo Fernandes Junior - Contador CRC 1SP-297.750/O-4

Campi Participações S/A

CNPJ/MF Nº 05.167.738/0001-61

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., os Demonstrativos Financeiros, relativos aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021.

Balanco Patrimonial em 31/12/2022 e de 2021 (valores expressos em reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31/12/2022 e de 2021 (Valores expressos em reais)

Democrição (facilitação) de ativos

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., os Demonstrativos Financeiros, relativos aos Exercícios Sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021.

Democrição (facilitação) de ativos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8593-9B4D-6B1B-1CA7> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8593-9B4D-6B1B-1CA7



Hash do Documento

AC7CAC5D23C8187353AD0219F08031F736D521C80F60709A1D34BFCBE76B19F9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/04/2023 é(são) :

- Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em
10/04/2023 21:35 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS
LTDA - 05.687.343/0001-90



LEIA O QR CODE ABAIXO E ACESSE A PUBLICAÇÃO EM NOSSO PORTAL



https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/campi-participacoes-s-a-3/

The logo for 'Empresas & Negócios' features the word 'Empresas' in a dark red serif font, '&' in a smaller grey font, and 'Negócios' in a blue sans-serif font. A blue triangle points down to the left of the ampersand, and a blue triangle points right to the right of the ampersand.

Empresas
& Negócios